

Desempenho Fiscal do Governo Federal em abril de 2026

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- De acordo com os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as contas do Governo Central (que englobam Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) apresentaram um superávit primário de R\$ 25,2 bilhões em abril de 2026, resultado superior ao superávit de R\$ 18,2 bilhões (valores correntes) registrado no mesmo mês do ano anterior. O superávit do mês ficou acima da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que apontava para um superávit de R\$ 17,8 bilhões. A receita líquida do governo central alcançou R\$ 235,3 bilhões, ante R\$ 213,1 bilhões em abril de 2025, o que corresponde ao crescimento real de 5,8%. As despesas totais, por sua vez, totalizaram R\$ 210,1 bilhões, que na comparação com R\$ 195,0 bilhões obtidos no mesmo mês do ano anterior, registra um aumento real de 3,3%. No acumulado do ano, até abril, observa-se superávit primário de R\$ 8,7 bilhões, a preços correntes, bem abaixo do saldo positivo de R\$ 73,2 bilhões obtido no mesmo intervalo de 2025.
- O acréscimo real da receita líquida em abril de 2026 refletiu, principalmente, os aumentos reais de 7,9% das Receitas Administradas pela RFB (+ R\$ 13,4 bilhões) e de 7,2% da Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 4,1 bilhões). Essa expansão das Receitas Administradas em abril foi decorrente do bom desempenho da arrecadação do Imposto sobre a Renda, cujo incremento foi provocado, principalmente pelos recolhimentos na fonte de rendimentos de residentes no exterior e de rendimentos do capital. Também contribuíram as receitas originárias do Cofins, IOF e Imposto de Importação. No caso da arrecadação previdenciária líquida, o desempenho foi sustentado, entre outros fatores, pela evolução favorável do mercado de trabalho, pelo aumento da arrecadação do Simples Nacional previdenciário e pela reoneração escalonada da contribuição patronal dos Municípios e da folha de pagamentos a partir de janeiro de 2025.
- Na direção oposta, as Receitas Não Administradas registraram um decréscimo real de R\$ 1,7 bilhão no comparativo de abril/2026 com o mesmo mês do ano anterior. Esse resultado foi obtido pela combinação de queda de R\$ 3,3 bilhões (82,4%) nos recebimentos de Dividendos e Participações, influenciada pela redução de repasses de estatais, com destaque para a Caixa Econômica Federal, que zerou o envio de dividendos no mês. Em compensação, ocorreu um aumento das receitas relacionadas à Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 1,9 bilhão), especialmente nos recolhimentos de royalties, favorecidos pelos aumentos do preço internacional do barril de petróleo e da produção, que mais que compensaram a apreciação da taxa de câmbio no período.
- Do lado das despesas, houve uma expansão real de 3,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior, significando uma taxa menor do que as receitas, o que favoreceu a geração do superávit primário. Os principais fatores de crescimento das despesas foram: benefícios previdenciários, influenciados pelo reajuste do salário-mínimo e pelo aumento do número de beneficiários; gastos com pessoal e encargos sociais decorrentes dos reajustes concedidos ao funcionalismo federal; Benefícios de Prestação Continuada (BPC/LOAS); e créditos extraordinários relacionados a eventos climáticos ocorridos no início do ano. Apesar da melhora no resultado mensal, o acumulado do ano, até abril, mostra deterioração das contas públicas e amplia a pressão sobre o cumprimento da meta fiscal de 2026. O superávit de abril não foi suficiente para reverter a piora observada no acumulado do ano, pressionado principalmente pelo avanço de gastos previdenciários, precatórios e despesas obrigatórias. As receitas líquidas cresceram 4,6% em termos reais, enquanto as despesas totais aumentaram 14,2%, refletindo principalmente o impacto extraordinário dos precatórios pagos em março.
- O resultado de abril mostrou uma recuperação importante das contas públicas após o déficit expressivo de março. O crescimento da arrecadação continua sustentado pela expansão da

massa salarial, pela elevada arrecadação previdenciária e pelo bom desempenho dos tributos federais. Entretanto, o comportamento das despesas obrigatórias — especialmente Previdência, pessoal e despesas judiciais — continua impondo forte pressão sobre o orçamento federal. Assim, embora o Governo Central tenha retornado ao superávit em abril, o resultado acumulado do primeiro quadrimestre evidencia que o cumprimento da meta fiscal de 2026 continuará dependente da manutenção do crescimento das receitas e de um controle rigoroso das despesas ao longo dos próximos meses.

- Com relação ao setor público consolidado, o resultado primário foi deficitário em R\$ 24,6 bilhões em abril deste ano, acima do obtido no mesmo mês do ano passado (R\$ 14,2 bilhões). O Governo Central e os governos municipais registraram saldo positivo de, respectivamente, R\$ 26,1 bilhões e R\$ 1,4 bilhão, enquanto os governos estaduais e as empresas estatais tiveram déficits de, respectivamente, R\$ 1,1 bilhão e R\$ 1,8 bilhão. No acumulado do ano, o setor público consolidado acumulou superávit primário de R\$ 31,2 bilhões, ou 0,72% do PIB, abaixo do observado no mesmo período de 2025 (R\$ 102,9 bilhões, ou 2,5% do PIB). A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 80,4% do PIB (R\$ 10,4 trilhões), em abril de 2026, aumentando 0,3 p.p. em relação ao mês anterior.

Comentário: O Governo Central (que engloba Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) apresentou, em abril de 2026, um superávit primário de R\$ 25,2 bilhões, resultado superior ao saldo positivo de R\$ 18,2 bilhões (valores correntes) registrado no mesmo mês do ano anterior. O superávit do mês ficou acima da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que apontava para um superávit de R\$ 17,8 bilhões. O resultado de abril mostrou uma recuperação importante das contas públicas após o déficit expressivo de março. O crescimento da arrecadação continua sustentado pela expansão da massa salarial, pela elevada arrecadação previdenciária e pelo bom desempenho dos tributos federais. Entretanto, o comportamento das despesas obrigatórias — especialmente Previdência, pessoal e despesas judiciais — continua impondo forte pressão sobre o orçamento federal. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 80,4% do PIB (R\$ 10,4 trilhões), em abril de 2026, aumentando 0,3 p.p. em relação ao mês anterior.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Janeiro-Abril de 2026 (Milhões correntes)

Discriminação	Janeiro-Abril		Variação (2026/2025)		Abril		Variação (2026/2025)	
	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	973.254	1.055.636	8,50%	4,00%	252.540	279.491	10,70%	6,00%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	183.082	193.641	5,80%	1,50%	39.396	44.149	12,10%	7,30%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	790.172	861.995	9,10%	4,60%	213.144	235.343	10,40%	5,80%
4. DESPESA TOTAL	716.984	853.318	19,00%	14,20%	194.949	210.145	7,80%	3,30%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV. CENTRAL (3 - 4)	73.188	8.677	-88,10%	-87,60%	18.195	25.198	38,50%	32,70%
Tesouro Nacional	171.597	134.221	-21,80%	-24,90%	51.077	58.474	14,50%	9,70%
Banco Central	-274	-313	14,10%	9,90%	-263	-187	-28,90%	-31,90%
Previdência Social (RGPS)	-98.135	-125.231	27,60%	22,40%	-32.619	-33.089	1,40%	-2,80%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,78%	0,20%	-	-	1,67%	2,20%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado Acumulado em Relação ao mesmo período do ano anterior. Jan-Abril-2025/2026 - Valores a preços de abril/26 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	1.026.374,60	1.067.920,20	41.545,60	4,00%
Receita Administrada pela RFB	683.049,70	719.399,90	36.350,20	5,30%
Imposto de Importação	31.608,90	33.376,60	1.767,70	5,60%
IPI	29.609,10	28.830,70	-778,3	-2,60%
Imposto sobre a Renda	332.321,70	342.796,10	10.474,40	3,20%
IOF	23.974,00	33.677,40	9.703,30	40,50%
COFINS	129.940,40	138.397,00	8.456,60	6,50%
PIS/PASEP	37.006,30	35.985,60	-1.020,80	-2,80%
CSLL	81.759,90	83.585,30	1.825,30	2,20%
CIDE Combustíveis	1.012,80	1.048,60	35,8	3,50%
Outras Receitas Administradas pela RFB	15.816,60	21.702,70	5.886,10	37,20%
Incentivos Fiscais	0	0	0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	228.695,60	243.281,70	14.586,00	6,40%
Receitas Não Administradas pela RFB	114.629,30	105.238,70	-9.390,60	-8,20%
Concessões e Permissões	2.183,10	1.927,80	-255,3	-11,70%
Dividendos e Participações	12.474,50	5.770,80	-6.703,70	-53,70%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	5.200,70	6.101,50	900,8	17,30%
Exploração de Recursos Naturais	54.574,20	52.832,20	-1.741,90	-3,20%
Receitas Próprias e de Convênios	8.969,40	6.715,90	-2.253,50	-25,10%
Contribuição do Salário Educação	11.746,30	12.445,40	699	6,00%
Demais Receitas	19.470,20	19.416,60	-53,6	-0,30%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	192.988,60	195.975,60	2.987,00	1,50%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	833.386,00	871.944,60	38.558,60	4,60%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Tabela 3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado Acumulado em Relação ao mesmo período do ano anterior. Jan-Abril-2025/2026 - Valores a preços de abril/26 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	755.247,90	862.256,00	107.008,20	14,20%
Benefícios Previdenciários	331.955,00	369.658,00	37.703,00	11,40%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	7.662,60	31.904,20	24.241,50	-
Pessoal e Encargos Sociais	125.858,60	145.685,70	19.827,10	15,80%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	994,9	10.098,80	9.103,90	-
Outras Despesas Obrigatórias	124.995,00	158.702,40	33.707,40	27,00%
Abono e Seguro Desemprego	32.753,50	29.887,80	-2.865,70	-8,70%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	3.027,20	227	-2.800,20	-92,50%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	43.674,50	46.474,30	2.799,80	6,40%
Créditos Extraordinários	1.095,80	1.443,60	347,8	31,70%
Fundeb - Complementação da União	23.387,40	24.997,70	1.610,30	6,90%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	5.714,20	6.216,90	502,8	8,80%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	1.399,50	1.343,00	-56,5	-4,00%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	1.578,80	36.599,10	35.020,30	-
Subsídios, Subvenções e Proagro	8.744,00	7.574,50	-1.169,50	-13,40%
Impacto Primário do FIES	660,2	895,3	235,2	35,60%
Demais	2.959,90	3.043,00	83,1	2,80%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	172.439,30	188.209,90	15.770,60	9,10%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	126.237,00	123.868,40	-2.368,50	-1,90%
Discricionárias	46.202,30	64.341,50	18.139,20	39,30%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-Abril/2026 - R\$ milhões

Discriminação	Janeiro-Abril				Fluxos Mensais		
	2025	% do PIB	2026	% do PIB	Fevereiro	Março	Abril
Nominal	160 645	3,91	320 205	7,33	100 589	199 539	60 139
Governo Central(1)	161 967	3,94	311 328	7,13	107 743	186 993	50 092
Governos estaduais	- 1 149	-0,03	4 089	0,09	- 6 188	10 435	8 232
Governos municipais	- 4 124	-0,10	- 5 434	-0,12	- 2 113	858	- 594
Empresas estatais(2)	3 951	0,10	10 221	0,23	1 147	1 252	2 410
Juros nominais	263 505	6,41	351 453	8,05	84 201	118 862	84 763
Governo Central(1)	230 522	5,61	320 358	7,34	78 237	112 180	76 167
Governos estaduais	28 667	0,70	25 099	0,57	4 554	5 011	7 141
Governos municipais	3 057	0,07	3 462	0,08	832	887	826
Empresas estatais(2)	1 260	0,03	2 535	0,06	579	784	629
Primário	- 102 860	-2,50	- 31 248	-0,72	16 388	80 676	- 24 624
Governo Central	- 68 555	-1,67	- 9 030	-0,21	29 507	74 813	- 26 075
Governos estaduais	- 29 816	-0,73	- 21 010	-0,48	- 10 741	5 424	1 091
Governos municipais	- 7 181	-0,17	- 8 896	-0,20	- 2 945	- 29	- 1 420
Empresas estatais(2)	2 691	0,07	7 687	0,18	568	469	1 781
PIB acumulado no ano*	4 111 991	-	4 367 516	-			

Fonte: BACEN

(1) Inclui INSS

(2) Exclui as empresas das grupos Petrobras e Eletrobras

* Dados preliminares

(+) déficit (-) superávit

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Liliane Cordeiro Barroso. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Laura Lúcia Ramos Freire, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alesxandro Apolinário Xavier.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.